



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS**  
**SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2019**

**ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA EM ÁREA DE DESERTIFICAÇÃO COM**  
**BASE NOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DE GLÓRIA**  
**E UAUÁ, SITUADOS NO PÓLO DE JEREMOABO-BA**

**Ákila Soares de Britto<sup>1</sup>; Nacelice Barbosa Freitas <sup>2</sup>**

1. Bolsista FAPESB, Graduando em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:

[akilasbritto@hotmail.com](mailto:akilasbritto@hotmail.com)

2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:

[nacegeografic@hotmail.com](mailto:nacegeografic@hotmail.com)

**PALAVRAS-CHAVE:** Desertificação; Semiárido; Extração vegetal; Silvicultura.

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa tem por objetivo avaliar a qualidade de vida em áreas de vulnerabilidade, susceptíveis ao processo de desertificação. A questão se constitui um desafio, porquanto a desertificação resulta em um processo de destruição do potencial produtivo da terra por meio da pressão exercida pelas atividades humanas sobre ecossistemas frágeis, cuja capacidade de regeneração é baixa (PAREJO, 2006).

Segundo Dantas (2005), o termo desertificação foi primeiramente empregado pelo francês Aubreville, em 1949, e se referia às áreas de degradação no continente africano devido às práticas de exploração predatórias dos recursos naturais. Esse processo é um dos problemas mais significativos do semiárido brasileiro na atualidade, pois ocasiona efeitos socioambientais sobre as áreas afetadas, provocando impactos tanto ambientais, quanto sociais e econômicos, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Hare (1977) afirma que o tempo em que a terra precisa para retornar a sua conformação normal é medido pela capacidade de recuperação, e não sendo cuidadosamente tratada, o solo dificilmente se recuperará por completo, portanto as características próximas a de um deserto continuarão, causando assim, baixa gradual da produtividade que poderá se tornar permanente.

A necessidade de investigação e de explicação sobre o problema, tendo em vista a carência de conhecimento sobre a relação que há entre o processo de desertificação e a produção vegetal e silvícola, é de fundamental importância para os estudos socioterritoriais na Bahia, especialmente no Pólo de Jeremoabo.

Propõe-se fazer uma leitura da Extração Silvícola (ES), e explicar a evolução dos mesmos, relacionando ao processo de desertificação, sendo efetuada uma correlação entre os aspectos físicos estudados por outros pesquisadores.

Assim para aferir a qualidade de vida e a relação desertificação e degradação ambiental do Pólo de Jeremoabo. Nessa perspectiva, propõe-se a análise e comparação dos dados referentes aos municípios de Glória e Uauá, para explicar até que ponto a evolução destes indicadores ao longo do período – 1997 até 2017 –, podem estar associados ao processo de desertificação.

A escolha dos municípios de Glória e Uauá como foco principal da pesquisa, decorre do fato de apresentarem números contrastantes e a explicação é considerada fundamental para

o aprofundamento do estudo sobre o fenômeno natural da desertificação, onde propõe-se assim construir elementos que sirvam para subsidiar a definição de políticas públicas adequadas as condições socioambientais no Pólo de Jeremoabo.

## **MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)**

O Pólo de Jeremoabo, é constituído por 13 municípios Canudos, Uauá, Macururé, Rodelas, Chorrochó, Paulo Afonso, Glória, Santa Brígida, Pedro Alexandre, Coronel João de Sá, Novo Trunfo, Antas e Jeremoabo, localizados no nordeste da Brasil, no extremo norte da Bahia, situados na Área Susceptível à Desertificação (ASD), com a aprovação do Programa Ação de Combate à Desertificação – PAN BRASIL, Corresponde portanto, ao espaço de clima semiárido que tem como características básicas um índice pluviométrico que prevalece isoietas de 400 e 500mm, com temperaturas que não apresentam grande variabilidade anual gerando uma média de até 26°C.

O plano de trabalho definiu como procedimentos metodológicos a realização de uma revisão bibliográfica, levantamento e sistematização de dados estatísticos sobre a extração vegetal e silvicultura, elaboração de gráficos e tabela, confecção de mapas.

Para tal coleta, foi buscado primeiramente informações e dados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 1997 até 2017. Fez-se também uma coleta em sites de órgãos similares, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

Desta forma, as etapas definidas para o desenvolvimento do plano visam contribuir com o estudo dos indicadores socioambientais no Pólo de Jeremoabo, em especial os municípios de Glória e Uauá, possibilitando uma explicação sobre a realidade socioespacial.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)**

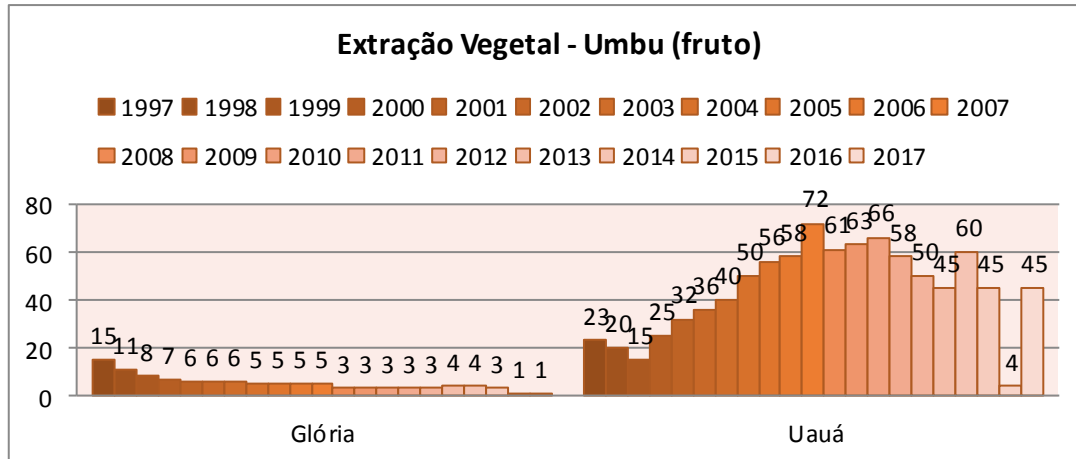
A silvicultura brasileira passou por três fases distintas ao longo de sua inserção no país: a primeira fase tem início com a exploração da vegetação local e termina quando se estabelece a política de incentivos fiscais para o reflorestamento/florestamento por volta de 1965, quando se dá início a segunda fase que dura até o ano de 1988, período em que se encerram as políticas de incentivo, dando início assim a terceira fase que perdura até a atualidade (ANTONANGELO; BACHA, 1998).

Atualmente se caracteriza como uma atividade moderna, ela visa um aumento de eficiência e produtividade de forma sustentável promovendo um convívio harmônico, principalmente em áreas consideradas críticas, como o semiárido.

Dito isso, a aplicação de sistemas Silvícolas e Agrosilvícola na agricultura familiar do semiárido permite garantir a diversidade de espécies arbóreas da Caatinga e aplicar o reflorestamento em pequenos e médios imóveis rurais de agricultura familiar como uma nova fonte de renda sustentável.

A produção apresentada pelos municípios do Pólo permite dizer que o umbu é considerado um produto importante para a economia da região, já que uma quantidade considerável de frutos é aproveitada pelo extrativismo por comunidade rurais do Semiárido, com destaque para o município de Uauá.

**Gráfico 1 – Municípios de Glória e Uauá: Extração vegetal Umbu (1997 – 2017)**



Fonte: IBGE (1997-2017).

Ao observar os gráficos em questão percebe-se que a produção vem diminuindo, principalmente no município de Glória, por mais que a produção fosse baixa, era constante, no entanto no últimos anos o município praticamente nada produz, além do Umbu que continua como parte do processo extrativo.

Os dados da pesquisa serviram como indicadores para a permanência das famílias de agricultores no campo, assim como aquelas que vivem da atividade extrativa. Observou-se a diminuição gradual na produção, indica que a mesma está sofrendo com alguns dos fatores quais sejam a perda de mão de obra ou de produtividade natural, isto é, a bioprodutividade do ambiente, indicando que aquele tipo de atividade já não sustenta as famílias, que tiveram que migrar dos municípios do Polo para exercer outra atividade que suprisse a necessidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)**

Ao contrapor as informações obtidas anteriormente com os dados de extração vegetal, pode-se traçar um perfil hipotético para os municípios de Glória e Uauá, quando os dados levantados na pesquisa os coloca como contrastantes quanto a alguns indicadores analisados e contraditórios em relação à outros.

Para Glória nota-se que é um município que apresenta temperaturas superficiais e do ar elevadas, possui extensa área coberta por vegetação não alterada, apresenta elevado índice de concentração de umidade e média (clima quente e úmido) a baixa vulnerabilidade ambiental a desertificação, porém o seu potencial extrativo é baixo e em constante diminuição da produção.

São necessários muitos outros indicadores para permitir conclusões, porém o conjunto de dados levantados permite inferir que por mais que o ambiente apresente condições favoráveis a permanência humana no campo ou no extrativismo vegetal, não quer dizer que isso realmente ocorra nesse espaço. Percebeu-se que outros indicadores econômicos, sociais e políticos afetam diretamente a relação campo e cidade em áreas susceptíveis a desertificação.

Desse modo o município de Uauá que apresenta temperaturas mais amenas em comparação à Glória, com uma extensa área de vegetação antropizada, solo exposto, ou com área de pasto, uma baixa retenção de umidade - clima quente e semiárido - e uma média, à média alta vulnerabilidade ambiental à desertificação. Assim, apresenta índices mais altos de produção extrativa, com uma leve queda nos últimos anos, porém ainda elevada em comparação a Glória.

Esse conjunto de indicadores, permite afirmar que o município de Uauá não possui condições de vida favoráveis à permanência das populações agrícolas no campo, contudo os valores obtidos pela silvicultura mostram o contrário.

Dados apontam que a produção de frutos de umbu de ocorrência espontânea na Caatinga, em uma safra, pode apresentar ampla variação, uma vez que, sob condições naturais de temperatura e chuvas, vários fatores podem interferir na formação dos frutos, como doenças e pragas.

Estudos realizados por Guerra (1981), apontam que a produção anual de uma árvore de ocorrência natural pode chegar em torno de 300 kg. Outras pesquisas como a de Santos (1998), indicam que a produção de 17 plantas, durante 3 anos, verificou uma produção média anual de 65 kg de frutos por planta. (DE ARAÚJO, 2016)

Os resultados obtidos por De Araújo (2016), confrontados com os valores obtidos pela produção de umbu para os dois municípios estudados, permitem supor que a variação da produção apresentada ao longo dos anos, resultam dos incentivos governamentais, pode estar relacionada à variabilidade de umbuzeiro existentes na região, associada a condições climáticas variáveis.

Segundo o IBGE (2017), de um total de 7.465 toneladas de umbu comercializados, 77,8% é produzido na Bahia. No entanto as informações contidas no gráfico 03 indica que houve diminuição da produção, permitindo inferir que uma das probabilidades existentes para a queda de produtividade pode estar relacionada com a diminuição do número de plantas de ocorrência natural, uma vez que o desmatamento, queimadas, abertura de pastos, estão entre os principais processos do uso da terra em especial no município de Uauá

Diante desse cenário, estratégias para a conservação de espécies nativas da Caatinga são necessárias para o desenvolvimento de modelos de produção sustentáveis de agricultura familiar e convivência com a seca afim de amenizar os processos de degradação e vulnerabilidade a desertificação no Pólo de Jeremoabo.

## REFERÊNCIAS

- ANTONANGELO, Alessandro; BACHA, Carlos José Caetano. As fases da silvicultura no Brasil. **Revista brasileira de economia**, v. 52, n. 1, p. 207-238, 1998.
- ARAÚJO, Alexandre José do Rego Pereira et al. **Desertificação e seca**: contribuição da ciência e tecnologia para a sustentabilidade do semi-árido do Nordeste do Brasil. Recife: Nordeste, 2002
- BRASIL, **Ministério do Meio Ambiente**. Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN-Brasil. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Recursos Hídricos, 2005.
- DANTAS, C. C. G. **Gestão ambiental**: um estudo sobre a percepção do problema da desertificação no Estado do Rio Grande do Norte. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia de Produção) Centro de Tecnologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- DE ARAUJO, F. P. et al. Extrativismo do umbu e alternativas para a manutenção de áreas preservadas por agricultores familiares em Uauá, BA. **Embrapa Semiárido-Documentos (INFOTECA-E)**, 2016.
- HARE, F. K.; WARREN, A.; MAIZELS, J.K.; KATES, R.W.; JOHNSON, D.L.; HARING, K.J.; GORDUÑO, M.A. **Desertification: its causes and consequences**, United Nations, Pergamon Press.1977. **Desertificação**: causas e consequências. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 1992.
- IBGE, SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE, 2017
- PAREJO, L. C. **Desertificação**: Causas e consequências do mau uso do solo. 2006. São Paulo. (Revista UOL) <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/desertificacao-causas-e-consequencias-do-mau-uso-do-solo.htm> acessado em 08/04/2015 às 16h37min.